

De boca de sertão à cidade da instrução: institucionalização do ensino em Piracicaba no século XIX

From gateway of the outback to a city of learning:
the institutionalization of education in
Piracicaba during the 19th century

Tony HONORATO¹
Carlos MONARCHA²

Resumo

Nos anos oitocentos houve a expansão das fronteiras agrícolas, das estradas, das ferrovias e do desenvolvimento urbano no oeste paulista rumo a Mato Grosso, implicando a organização de povoamentos, freguesias, vilas e cidades. No caso de Piracicaba, na Província de São Paulo, iniciativas de escolarização passaram a ser fundamentais. Assim, a proposição é apresentar e interpretar o processo de institucionalização do ensino em Piracicaba durante o século XIX. A partir das fontes impressas, os resultados indicam um processo que vai dos mestres-escolas às escolas oficiais do Estado e que viveu as tensões políticas entre conservadores e liberais, monarquistas e republicanos.

Palavras-chave: Educação em Piracicaba. Institucionalização. Política. História. Século XIX.

Abstract

In the 1800s there was an expansion of the agricultural frontiers, roads, railways and urban development in western Sao Paulo toward Mato Grosso, leading to the organization of settlements, parishes, villages and cities. In the case of Piracicaba in the Province of Sao Paulo, initiatives to promote education came to be fundamental. Thus, the proposition is to present and interpret the process of the institutionalization of education in Piracicaba during the 19th century. From printed sources, the results indicate a process which moved from the former schoolmasters to proper official schools of the State and which underwent political tensions between conservatives and liberals, monarchists and republicans.

Keywords: Education in Piracicaba. Institutionalization. Politics. History. 19th Century.

-
- 1 Professor Doutor no Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Atua em cursos de graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação –PPedu. Endereço: DEF/CEFE. Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, Km 380. Campus Universitário. UEL. Cx. Postal 10.011. CEP: 86.057-970. Londrina – PR. Tel.: (43)3371-4238. Email: <tony@uel.br>.
 - 2 Professor Titular no Departamento de Ciências da Educação – FCL-UNESP-Araraquara. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – PPGEE. Email: <carlos.monarcha@gmail.com>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 25	n. 58	p. 175-198	jan./abr. 2016
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Introdução

Os primeiros povoadores de Piracicaba (em tupi-guarani: lugar onde o peixe [Pira] pára [cicaba])³ não tiveram como preocupação as questões de escolarização. Suas ações voltavam-se ao desbravamento dos sertões, descoberta do ouro na região de Mato Grosso e abertura do picadão do mato, estabelecendo a ligação entre São Paulo e Cuiabá, tendo como ponto de travessia o porto criado no rio Piracicaba.

Piracicaba da Província de São Paulo, povoada por índios, posseiros e sesmeiros, estabeleceu-se como ponto de passagem, pouso e abastecimento: um dos povoamentos civilizados pelo homem branco mais distante do litoral. Em um dos painéis do historiador Afonso de Escagnolle Taunay, sobre a Convenção de Itu, pode-se ver a Piracicaba do final do século XVIII retratada como uma *boca de sertão*.

Nessa representação, o sertão descrevia-se como o lugar após o rio, o povoamento, a freguesia, a vila e a cidade, lugares entendidos como civilizados. Para o historiador Arruda, em *Cidades e sertões* (2000), falar de sertões significa, entre outras coisas, refletir sobre os significados atribuídos à natureza na construção das identidades, memórias, grupos sociais e estados. Os sertões, como destacou Guimarães Rosa (1993), estão por toda parte, não havendo a polarização entre *civilizados e incivilizados*.

Por sua vez, Piracicaba, de povoamento esparso, passa, aos poucos, com suas capelas, párocos, roças de feijão e arroz, cultura do algodão e da cana-de-açúcar, à Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba, subordinada a Itu. Como tal, começa a atrair cada vez mais proprietários de terras, de escravos e de engenhos de açúcar, entrando, assim, no ciclo açucareiro paulista e compondo com Sorocaba, Mogi Guaçu e Jundiáí o quadrilátero do açúcar, que envolvia, ainda, as áreas canavieiras de Campinas e Itu. Do ponto de vista econômico, nesse momento, Piracicaba integrou a área de expansão da fronteira agrícola, contribuindo com a exportação para o mercado internacional, deixando de ser *boca de sertão* (TERCI, 1997).

Já do ponto de vista sociocultural, os cidadãos careciam de educação elementar. Assim, indaga-se: na perspectiva da escolarização, quando Piracicaba deixa de ser *boca de sertão*? Partindo da premissa de que a instrução pública precedeu a

3 A palavra Piracicaba refere-se ao rio, ao salto e ao nome da cidade. Os índios guaranis, moradores da região, compreendiam o salto, um acidente natural composto por degraus rochosos, como o lugar que não deixa o peixe passar e, assim, favorece a pesca. Segundo o Navegador José Liz Guidotti, o rio Piracicaba não tem nascente, sendo formado pela junção dos rios Atibaia e Jaguari nas proximidades da cidade Americana. O rio percorre 250 km de seu início até a sua foz no Rio Tietê. Para uma filologia, ver: Elias Neto (2000, p. 19-21).

existência das escolas modelares do período republicano, a proposição consiste em apresentar e interpretar o processo de institucionalização do ensino na cidade de Piracicaba ao longo do século XIX.

O *corpus* documental da pesquisa é composto por Almanques de Piracicaba (CAMARGO, 1899; CAPRI, 1914; ELIAS NETO, 2000; NEME, 1936; KRÄHENBUHL, 1955), veículos difusores de propagandas, de lideranças e de relatórios da municipalidade; e pelas histórias de Piracicaba em quadrinhos, organizadas por Leandro Guerrini (1970a, 1970b), que são registros e transcrições de documentos da câmara de vereadores, correspondências, ofícios, notícias de jornais, entre outros, na forma de efemérides dispostas cronologicamente e correspondentes ao período de 1654 a 1900. Essas fontes estão acondicionadas no Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP).

Institucionalização da instrução e as tensões entre conservadores e liberais

Na perspectiva educacional, Piracicaba começa a deixar de ser *boca de sertão* quando surgem iniciativas de escolarização, quando a localidade já recebera a denominação de Vila Nova da Constituição. Em 29 de outubro de 1821, na 53ª Sessão, o Governo Provisório de São Paulo decidiu erigir em vilas as freguesias. Assim, Piracicaba foi denominada Vila Nova da Constituição, em homenagem à Constituição Portuguesa, promulgada no mesmo ano (GUERRINI, 1970a)⁴.

Nos registros dos memorialistas, que se responsabilizaram por guardar, organizar e preservar a memória piracicabana, possibilitando reflexões de gerações futuras sobre o passado, encontra-se que os camaristas instauraram na Vila da Constituição, em 1826, a primeira escola pública, reconhecidamente o primeiro elemento de institucionalização da instrução local. A autorização para a instalação dessa instituição de ensino foi dada pelo Governo da Província de São Paulo, por meio de um ofício de 13 de fevereiro de 1826, no qual se ordenava à edilidade da Vila a indicação de um mestre para reger uma escola de primeiras letras.

A Câmara Municipal, assim, indicou Joaquim Floriano Leite para ser o mestre, mas a proposta foi indeferida, sendo nomeado Manoel Morato de Carvalho por

4 A Vila “[...] estava circunscrita entre o Rio de Piracicaba e o Córrego do Itapeva. Esse marco inicial teve como referência, além dos dois rios, a antiga Estrada de Itu – atual Rua Moraes Barros –, que era a via de ligação entre Itu e Mato Grosso. [...] Para além desses limites, a Vila estava toda cercada pelos engenhos de açúcar e de aguardente, que constituíam sua principal força econômica” (TERCI, 2001, p. 28-29).

nele se achar os requisitos necessários para o fim desejado. Morato Carvalho ficou na função de mestre-escola até o final do ano; em janeiro de 1827, o professor Vicente do Amaral Gurgel assumiu o posto e lecionou até o mês de julho, pois, por determinação do Conselho da Província, espécie de câmara dos deputados, as cadeiras de primeiras letras na Província seriam oferecidas aos coadjuvantes das paróquias. Dessa forma, em 1828, encarregou-se da função de mestre o Padre José Maria de Oliveira, que no ano seguinte relatou o aproveitamento de seus 62 alunos, divididos em grupos, conforme os seguintes domínios: correntes em ler, escrever e contar, e na doutrina cristã; correntes em ler, escrever e contar, na doutrina cristã, e em contas de repetir; lendo e escrevendo sofrivelmente, incluindo contas de multiplicar; lendo, e escrevendo e em contas de diminuir; lendo, e escrevendo e em contas de somar; lendo cartas e escrevendo mal; lendo sílabas e A, B, C (GUERRINI, 1970a).

A criação da primeira escola da Vila da Constituição representara, de certa maneira, a fragmentação da instrução do povo durante o Império brasileiro, pois era administrada pela edilidade local com função legislativa e executiva e subordinada ao Governo Provincial de São Paulo. Assim, o avanço do processo de institucionalização da instrução na Vila dependia da relação do poder local com o poder provincial reconhecido legalmente com a prerrogativa de criar e manter as escolas elementares, até quando o poder central do Império, por meio do Ato Adicional de 1834, transferiu tal função às assembleias provinciais.⁵

A escola da Vila Nova da Constituição sofria com a constante permuta de mestres, por diversas razões, dentre elas porque o mestre migrava de município, encontrava-se enfermo por moléstia contagiosa, substituía um vigário numa igreja, ocupava função de maior necessidade na localidade ou não recebia a remuneração. A solução do poder público era contar com os préstimos de lideranças liberais e ilustradas que acreditavam na responsabilidade social, dentre elas camaristas, padres, vigários, ex-prefeitos, militares e bacharéis.

Essas lideranças figuravam um grupo social diversificado e intermediário, certamente pequeno, dentre os escravos e demais cidadãos livres, e tinham como um de seus potenciais de poder e prestígio o domínio das letras num lugar onde o analfabetismo imperava e a riqueza concentrava-se nas mãos de poucos.

O quadro econômico-social da localidade, em 1822, encontrava-se distribuído em: 32 senhores de engenho, 132 agricultores, 20 artesãos, 10 negociantes, 14 profissionais rurais, 43 que vivem de suas agências, 39 que vivem de seus jornais, 3

5 Sobre a educação no império brasileiro, consultar: Bastos e Faria Filho (1999), Vidal e Hilsdorf (2001), Gondra e Schueler (2008), Carvalho e Gonçalves Neto (2010), entre outros.

esmoleres, 8 sem declaração de ofício. Por sua vez, a população local era composta por 1.398 cidadãos livres (985 brancos, 40 caboclos, 367 pardos e 6 negros) e 956 escravos. Quanto à escolaridade da população, em 1837, dos 10.291 habitantes da Vila, apenas 395 eram alfabetizados. Ainda nesse ano, destaca-se o crescimento de profissões urbanas, como 59 carpinteiros, 1 pintor, 2 seleiros, 3 ourives, 2 oleiros, 1 padeiro, 14 alfaiates, 25 sapateiros, 1 caldeireiro e 93 comerciantes (constituídos pelo juiz municipal, pelo promotor, pelo juiz de paz, pelo juiz de órfãos, por 155 jurados, 1 advogado, 1 tabelião, 1 escrivão, 1 vigário, 1 coletor e demais pessoas alfabetizadas) (TERCI, 2001).

Por esses dados, infere-se que as lideranças liberais compuseram uma figuração urbana em construção cujas tensões diziam respeito, eminentemente, aos interesses ligados às terras, escravaria, agricultura, comércio e obras públicas (pelourinho, cadeia, ponte de rio, casinhas para açougue e mercado municipal, igreja matriz, teatro, lazareto). Mas, ainda, persistia a carência de homens letrados em relação ao crescente processo de urbanização. Para os liberais, portanto, ofertar ao povo educação elementar era, mesmo que para poucos, dada a precária realidade da única escola de primeiras letras da Vila, uma fonte de poder para a distinção social do homem da época em relação ao homem de costumes colonial, rumo a uma vida mais produtiva, disciplinada, racionalizada e (auto)controlada socialmente.

O processo de institucionalização da instrução pública na Vila vinculava-se às iniciativas de urbanização local, que representavam tensões de poder entre os conservadores e liberais. Conforme Terci (2001), os conservadores, nas figuras dos herdeiros do Sargento-Mor Carlos Bartolomeu de Arruda e dos militares das Companhias de Ordenanças, defendiam a economia agroexportadora, a tradição senhor-escravo, o *rossio* já estabelecido e o despotismo português. Já os liberais, representados pelo Vigário Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, pelo Capitão-Comandante Domingos Soares de Barros e por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, dono de propriedade e escravaria e, depois, senador provincial e um dos líderes da Revolução Liberal de Sorocaba de 1842, defendiam a autonomia política da colônia em relação a Portugal, que fora sacralizada em 1822, a livre comercialização do açúcar e de gêneros de subsistência, a quebra do monopólio na agroexportação, e a emancipação da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba, que estava sob o comando do Capitão-Mor de Itu, homem fiel à monarquia absolutista.

Na Vila, a institucionalização da instrução também acompanhou o movimento da cultura escolar em São Paulo nas duas décadas iniciais do Império, no conceito de Hilsdorf (2001), que aponta que no ensino das primeiras letras o tempo da independência foi o tempo da modernidade liberal, marcado pelo critério absoluto da lei e pelo anticatolicismo tradicional, no qual as lideranças

ilustradas e liberais desenvolviam a tolerância, o humanitarismo, a filantropia e a benemerência quanto à educação do povo, dos pobres e dos infelizes. Ocorriam, portanto, na esfera da cultura escolar paulista, relações de aproximação entre as pessoas de cultura religiosa e as de cultura iluminista e liberal, ambas com trânsito nas instituições da Igreja e do Estado.

Essa relação é representada na Vila da Constituição pelo padre mestre José Maria de Oliveira, principalmente, quando ele relata, em 1828, a experiência de organizar e classificar os alunos, conforme o nível de aprendizagem de cada um. Essa prática pedagógica na escola elementar da Vila remete ao ensino mútuo ou *lancasteriano* como modelo defendido pela Igreja, família e constitucionais liberais. O princípio do ensino mútuo, de acordo com Hilsdorf (2001, p. 73), “[...] era que todos os alunos estivessem submetidos às mesmas regras e qualquer um deles pudesse progredir pelo mérito individual”.

Na interpretação de Veiga (2007), o ensino mútuo, além de aproximar os interesses das elites na estratégia de expandir a instrução popular, administrar os gastos públicos e implementar a cultura pedagógica da eficácia, apresentou-se como inovação para atender a crescente necessidade de racionalizar o tempo na escola e disciplinar condutas dos alunos. A sua força consistia na nova organização da aula e não em um novo método de conhecer, porque ele continuava se valer da memorização.

Sob a regência do mestre-escola, o ensino fundamentava-se na leitura, na escrita, nas contas e na doutrina religiosa⁶, era ordenado linearmente e não gradualmente e havia uma rotina estabelecida de exercícios de memorização, repetição, soletração e promoção do caráter. Desse modo, os alunos *incultos*, se não se afastassem das aulas, teriam a possibilidade de ingressar e avançar mais rápido no grupo dos cidadãos alfabetizados e ditos *civilizados*.

6 Nas reminiscências de João Lourenço Rodrigues (1930, p. 55), ex-aluno de mestre-escola de Campo Largo de Sorocaba no final da década 1870, registradas e publicadas em 1930, por ocasião do cinquentenário da Escola Normal de São Paulo, no livro *Um retrospecto: subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*, há o relato de que o ensino da doutrina cristão promovia o surto das emoções religiosas, desenvolvia a virtude e formava o caráter, mas se o mestre não fosse um crente convicto, o ensino reduziria a verbalismo estéril, dirigindo-se mais à cabeça do que ao coração.

Com o aumento da complexidade com vistas à organização da oferta do ensino mútuo, passou-se a aceitar para a função de professor também o homem comum de mentalidade liberal. Para o cargo vago de mestre-escola, como registra Guerrini (1970a), em janeiro de 1836, os camaristas da Vila da Constituição solicitaram ao poder provincial a autorização para que qualquer pessoa competente fosse nomeada até o novo titular ser empossado. O sentido de competência consistia em elementos da cultura iluminista, como se observa na justificativa do pedido: para a mocidade ir avante em luzes e não se perderem os princípios que deixou o falecido, no caso, o Professor Lourenço Antônio de Almeida.

Em 1836, foi nomeado Francisco Pereira de Aguiar, mas não se pode confirmar seu exercício profissional. O próximo registro é de 1837 e dizia respeito à solicitação da Câmara ao Presidente da Província para que o candidato a professor, Francisco José de Machado, primeiro e ex-prefeito da Vila da Constituição, prestasse o exame perante a edilidade, mediante a justificativa de que ir a São Paulo era muito oneroso a ponto do ordenado anual de mestre-escola nem suprir os seus valores gastos. E, assim, procedeu-se à aprovação (TORRES, 2003).

Em 1844, os camaristas reivindicaram ao Governo da Província a criação de uma escola de latinidade; em 1845, a única escola de primeiras letras, exclusiva para meninos, atingiu o número de mais de oitenta alunos sob a regência do mestre Bento Dias de Campos Mello, e, no mesmo ano, fora criada a primeira escola feminina da Vila; em 1846, foi nomeado o Dr. Felipe Xavier da Rocha para o cargo de Inspetor de Aulas das Escolas, de pelos menos duas, a dirigida por José Romão Leite Prestes e a outra por Ricardo Leão Sabino, que perdera o cargo em 1852 para João Baptista Morato do Canto porque viajara para Campinas sem solicitar licença; e, em 1854, o mestre de Latim e Francês, padre Francisco de Assis Pinto de Castro, sugeriu à edilidade a criação de um colégio público, porém, o parecer foi desfavorável por falta de verba (TORRES, 2003).

Sobre a instrução em Piracicaba, Augusto Emilio Zaluar, em peregrinação pela Província de São Paulo entre 1860 e 1861, assim registrou suas observações:

A instrução pública era representada em Piracicaba por duas escolas de ensino primário do sexo masculino, uma frequentada por 114, outra por 62 alunos; além destas, há uma particular, com 14 alunos.

A escola pública do sexo feminino é frequentada por 42 educandas, e uma particular, do mesmo sexo, por 18 meninas. Tive ocasião de visitar a escola que funciona na cadeia, e maravilhou-me a ordem, o método e o adiantamento dos alunos, lecionados pelo Sr. professor José Romão Leite

Prestes. Este senhor, pela sua assiduidade, habilitações e prática do ensino, tem sabido granjear as simpatias e o respeito não só dos discípulos, como em geral de todos os chefes de família. No entanto o governo deixa as crianças educarem-se na mesma casa onde se punem os criminosos e se guardam os malfeitores! Que espetáculo para a infância! (KRÄHENBUHL, 1955, p. 94).

A organização da educação do povo enfrentava dificuldades e o mestre José Romão Leite Prestes era figura de prestígio no contexto da cultura escolar e da sociedade piracicabana. Emilio Zaluar considerava como uma dificuldade a lotação das salas de aula para meninos e uma providência a respeito deveria ser sugerida pelo Inspetor do Ensino, que mediava a relação entre a edilidade e os mestres-escolas. Outro problema era o prédio da Cadeia que, inaugurado em 1843, atendia, ao mesmo tempo, estudantes, professores, camaristas, autoridades jurídicas e malfeitores.

O reconhecido trabalho docente de José Romão Leite Prestes, observado por Emilio Zaluar, também pode ser confirmado nos escritos biográficos sobre o professor supracitado, elaborados por João Lourenço Rodrigues, que era um homem de ideais republicanos, professor na Escola Complementar de Piracicaba e indicado a representante da instituição para atuar na redação do *Almanaque de Piracicaba para 1900*.

O préstito fúnebre era numeroso. Viam-se nele os alunos do Colégio Ipiranga, silenciosos e compungidos ante o cadáver de seu mestre. Vinham em seguida os estudantes da Complementar, uma comissão de professores do Grupo Escolar e diversos sócios do Grupo Dramático Beneficente trajando rigoroso luto. No resto do cortejo achavam-se aproximadamente representadas todas as classes.

Diante de tão espantosa homenagem, prestada à memória de um educador, eu me julguei feliz por não haver alcançado essa sociedade atrasada e carranca que, há quarenta ou cinquenta anos, teria dado certamente por mal empregadas essas demonstrações públicas de pesar pelo traspasse... de um mestre.

Acudia-me ao espírito o vaticínio do diretor da Escola Normal, em 1890, ao dar-nos a investidura do grau:

‘Em vez de hosanas e riquezas, apenas vos prometo desilusões e fadigas. Em vez de um rápido triunfo e dos lauréis do guerreiro feliz, apenas entrevejo para vos a lida afanosa de uma vida inteira, consumida no trabalho, e, no

fim, a fronte coberta de cabelos brancos, coroa única que, não a glória, mas a honra vos reserva’.

[...] Eu tinha diante dos olhos um verdadeiro dilema: ou a sociedade piracicabana de há 40 anos era um modelo digno de ser imitado, no modo por que compreendia e aquilatava os serviços do professor primário, ou o morto, cuja memória se pretendia perpetuar naquele monumento, fora uma dessas almas fortes a cujo prestígio o preconceito emudece, um desses caracteres de eleição, que conseguem dominar as massas graças ao condão da sua austeridade, da sua abnegação, da sua fé. (RODRIGUES, 1899. p. 181-182, grifo do autor).

Pode-se interpretar que o reconhecimento social de um mestre-escola dependia menos de seus pares de magistério e dos administradores da instrução e mais da representação da população sobre quem era o professor e quais eram as suas práticas no processo de ensino e na vida social. O seu reconhecimento também dependia das inserções socioprofissionais e das condutas de civilidade desenvolvidas por seus ex-alunos.

O dado é que a formação sociocultural e a dedicação do mestre-escola eram fundamentais para a qualidade da instrução elementar a ser ofertada ao povo, mesmo porque a instrução não era prioridade da administração política e não havia na Província paulista até 1846, ano de instalação da Escola Normal da Capital (MONARCHA, 1999), instituição pública para formar professores. Cabe destacar que no Império, as elites piracicabanas, quando desejavam receber educação escolarizada ou educar seus filhos, recorriam aos ensinamentos em países estrangeiros, à capital da província e às orientações de preceptores⁷.

Considerando-se o perfil dos mestres, o ensino mútuo, as condições de criação das escolas de primeiras letras, as tensões entre liberais ilustrados e conservadores latifundiários e o papel da edilidade, depreende-se que foram lentas e precárias as iniciativas de institucionalização da instrução pública em Piracicaba, no período de 1826 a 1870. Esse quadro passou a se alterar quando as instituições escolares locais representaram significativa distinção social, pelas quais as novas lideranças teriam maior prestígio em sociedade.

7 A preceptora Ina Von Binzer (1994), que lecionava em fazenda da região de Piracicaba, nas cartas publicadas no livro *Os meus romanos: alegria e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*, relata à amiga Grete, residente na Alemanha, como a educação dos filhos das famílias abastadas de São Paulo e Rio de Janeiro estava marcada pelo modo de vida patriarcal rural entre 1881 e 1884.

Ascensão de poder do grupo republicano e a cidade da instrução

Vila Nova da Constituição fora elevada à cidade em 1856, sob a denominação de Constituição. A cidade volta a ter a antiga denominação de Piracicaba no ano de 1877, quando os camaristas solicitaram à Assembleia Provincial que “[...] fosse restituído à cidade o nome antigo e popular de Piracicaba, pelo qual é muito mais conhecida do que pelo nome oficial de Constituição” (GUERRINI, 1970b, p. 66). Para mudança de nome havia a argumentação fundamentada no apelo social e popular dos cidadãos piracicabanos, e havia, segundo Terzi (1997), o movimento de remoção de um símbolo monárquico de seu nome por parte das lideranças de concepções republicanas.

Os piracicabanos produziram e vivenciaram na segunda metade do século XIX transformações, transições e tensões, com isso, as figurações de poder no contexto do urbano e da institucionalização da instrução foram processualmente alteradas. Como elementos da realidade, no ano de 1856, a cidade “[...] possuía 1.600 casas, 4.000 habitantes urbanos e 22.000 pessoas em todo o município, incluindo 5.000 escravos” (TERCI, 1997, p. 40), indicando a inexistência da oposição entre o urbano e o rural.

O debate sobre a organização e as diretrizes da cidade era fundamentalmente promovido pelos representantes de dois partidos políticos – Conservador e Liberal. Os conservadores apoiavam os monarquistas e se mantinham fortes na Câmara de Vereadores, Piracicaba recebeu duas visitas do Imperador D. Pedro II, em 1846 e 1878. Os liberais declaravam-se abolicionistas, reuniam-se para debater a questão servil e a modernização da cidade, visando transpor as estruturas do Império; para eles, a cidade deveria representar um lugar para produção e exercício da civilidade, inspirado na livre aplicação do capital financeiro nacional ou internacional (ELIAS NETO, 2000).

No que diz respeito à instrução pública, uma tensão entre valores conservadores e liberais pode ser ilustrada na descrição elaborada por Jacob Diehl Neto, em homenagem ao mestre-escola de Piracicaba, Augusto Castanho, intitulada *Homem de verdade*:

[...] manifestou D. Pedro II o desejo, que lhe era comum, de visitar uma escola pública. Outra coisa não esperavam os seus correligionários locais para levá-lo a regida por Augusto Castanho, mestre cujos méritos rendiam justo reconhecimento, mas a quem não o perdoavam a intransigência com que professava e divulgava o credo republicano. Queriam ver de que maneira o professor adversário receberia o monarca e divertir-se com o constrangimento em que ficaria, ao que supunham, em sua presença.

A vingança falhou, contudo. Inteligente, fino, cavalheiro, Castanho acolheu a suprema autoridade do país com requintes de distinção, mas sem quebra de altivez. Nada de beija-mão ou mera prostração. E, muito à vontade, logo lhe foi dizendo do seu método de ensino, do aproveitamento da classe, daquela vidinha escolar, enfim, não dando ensejo a que intervisse na conversa algum bacirabo mais afoito.

Ora, D. Pedro, que, em visita a escolas, tinha o hábito de converter-se em examinador, indagou qual o menino mais adiantado em português. Era o filho de notável monarquista, e foi chamado. Entretanto, de pé diante de Sua Majestade, olhos fincados no chão, trêmulo quase em lágrimas, não respondeu a uma pergunta, sequer ainda a mais fácil, mudo, absolutamente mudo, num estado de causar pena.

O professor, deveras vexado, pediu licença para chamar outro, que desembaraçadamente, como se fora numa ocasião vulgar, enfrentou com sucesso o questionário, já rigoroso, a que foi submetido, enquanto os figurões da terra não escondiam o seu desapontamento.

– ‘Quem é este menino?’, perguntou D. Pedro.

– ‘É meu filho’, respondeu Castanho.

Houve um breve instante de silêncio...

– ‘Pelo que visto, o Sr. ensina melhor o seu filho do que os demais alunos’, replicou o Imperador, evidentemente contrariado.

Correu pela assistência monarquista um sorriso de triunfo, como se o professor republicano acabasse de sucumbir ao peso de uma reprimenda irresponsável.

Mas o verdadeiro triunfo esteve na tréplica. Sereno, impávido, altaneiro, como resumindo toda uma decisiva lição republicana, Augusto Castanho concluiu:

– ‘Engana-se o Neto de Marco Aurélio. O primeiro aluno examinado é realmente o melhor da classe, mas ficou tolhido pela ideia de que o Imperador é um ser diferente dos outros, uma divindade, como aprendeu no seio de sua família, ao passo que o segundo filho, meu filho, foi educado no entendimento de que Vossa Majestade, embora governe o Brasil, é homem como nós’.

Com isso terminou a visita. (DIEHL NETO, 1955, p.177-178, grifo do autor).

Com interesses distintos, as lideranças conservadoras e as liberais disputavam e, de certa forma, alternavam-se no poder de ocupar os cargos públicos para administrar e propor intervenções no processo urbano, econômico, cultural e educacional de Piracicaba.

No final da década de 1860, após a derrota das eleições municipais para os conservadores, um grupo dissidente das lideranças liberais aderiu ao Manifesto do Clube da Reforma em que resolveram desmembrar, em 1870, o Partido Liberal Local, herdeiro da política dos chimangos, e fundar o Partido Republicano de Piracicaba. Nessa conjuntura, os irmãos, particularmente Manuel de Moraes Barros⁸, e, depois de 1875, com aderência de Prudente de Moraes Barros⁹, passariam a liderar o grupo liberal republicano, que ascendia ao poder na sociedade piracicabana.

A ascensão dos republicanos ao poder político era visível local e nacionalmente. Destaca-se a fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) na Convenção de Itu, realizada em 1873. Por conseguinte, o Estado de São Paulo passou a ter o partido republicano mais organizado do país, integrado principalmente por proprietários rurais beneficiados pela expansão do café, porém, asfixiados pela centralização monárquica (CARVALHO, 1990).

Nas palavras de Prudente de Moraes, constantes no *Almanaque de Piracicaba de 1914*, notam-se algumas diretrizes dos liberais republicanos, traçadas em 1884:

[...] no atual regime, só podemos os atos governantes que se conformarem com os interesses sociais, e apoiar as reformas que consubstanciem ideias democráticas. Trabalhando para estabelecer a República pela eliminação da Monarquia, desde que não aceitamos a revolução como meio, cumpremos representar a função pública como cooperadores de reformas que operem, por partes essa eliminação. (PRUDENTE DE MORAES apud CAPRI, 1914, p. 22).

8 Manoel de Moraes Barros (1836-1902) nasceu em Itu, em Piracicaba, foi promotor público (1857-1860), juiz municipal (1860-1864), presidente da Câmara (1887), delegado (1889), proprietário da *Fazenda de Café Pau d'Alho*; foi deputado provincial (1884-1885) e senador (1895-1902) (CAPRI, 1914).

9 Prudente José de Moraes Barros (1841-1902) nasceu em Itu, em Piracicaba, foi vereador (1864), presidente da Câmara Municipal (1865-1868) e deputado provincial (1868-1869). Com a instauração da República, em 1889, ele foi nomeado por decreto o Governador de São Paulo, cargo que exerceu até outubro de 1890, quando foi eleito senador para o Congresso Federal, onde presidiu a mesa dos debates sobre a constituinte que resultou na carta federativa do Brasil; após ter sido vice-presidente do Senado, em 15 de novembro de 1894, fora empossado Presidente da República, o primeiro político civil a assumir o cargo maior na federação brasileira (CAPRI, 1914).

Para Prudente de Moraes, a República não significaria um governo radical revolucionário e sim o da lei e das reformas necessárias. Para muitos homens de opção republicana, considera Carvalho (1990), a sociedade ideal era a do modelo americano respaldado na definição individualista do pacto social, na compreensão do público como a soma de interesses particulares e na federalização para garantir interesses dos grupos econômicos. Nessas circunstâncias, o liberalismo, acoplado ao presidencialismo e à concepção do darwinismo social absorvida por intermédio de Herbert Spencer, inspirador de Alberto Sales, um dos principais teóricos paulista da República, adquiriu caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte, enfim, como instrumento ideológico e político para estabelecer um regime profundamente autoritário.

Em Piracicaba, a superação da estrutura social monárquica e de seus representantes conservadores, estava relacionada à representação de liberdade do homem privado, àquela que garantiria o direito de propriedade, de ir e vir, de opinião, de religião, de voto, de educação laica, de comércio. Para tanto, era necessário investir na concepção do urbano e na construção de instituições que permitissem também uma intervenção civil.

No crescente modo de vida urbano, as lideranças piracicabanas sentiam a necessidade de revitalizar ou instaurar as edificações locais. Na década de 1850, encontravam-se ruínas os prédios da Igreja Matriz, Matadouro Municipal, Cadeia Pública (Câmara e escola), Teatro e Casinhas do Mercado Municipal (VITTI, 1966). As edificações representantes da figuração urbana careciam de atenção do poder público, fosse ele conservador ou liberal.

Para atender principalmente os fazendeiros do café e proprietários de engenho de cana-de-açúcar, as lideranças públicas construíram uma nova ponte sobre o Rio Piracicaba para ligar a estrada rumo à Cuiabá; em 1877, lançaram às águas o barco a vapor Explorador da Companhia de Navegação Fluvial Paulista e receberam uma extensão do ramal ferroviário da Companhia Ituana (TERCI, 1997). Essas ações correspondiam às demandas originadas pela expansão da fronteira da lavoura cafeeira para o oeste paulista (MATOS, 1974). As novas formas de transporte e os aparatos tecnológicos assegurariam as demandas de desenvolvimento, como: a comercialização e a exportação de produtos, a eficiência no cultivo agrícola, visando redução de custos, e a impulsão das atividades industriais.

Com a expansão da cultura cafeeira e das ferrovias para o interior paulista na segunda metade do século XIX, Gebara (1986) considera que a classe dominante, a par de inúmeros problemas, precisava enfrentar a questão do mercado de trabalho livre, uma vez que o desenvolvimento agrícola dependia do abastecimento de mão de obra e o trabalho escravo encontrava-se em extinção. Em Piracicaba, a questão não estava distante, de acordo com os registros de Manoel de Moraes

Barros, para publicação do *Almanaque Literário de São Paulo* (CAMARGO, 1899). Piracicaba era o terceiro município da Província em número de escravos; em 1870, foram matriculados na coletoria da cidade 5.339 escravos, ficando atrás apenas de Bananal, com 8.141, e de Campinas, com 13.412 escravos.

A campanha dos liberais para abolição da escravidão aparecia, segundo Terzi (1997) e Simões (2005), com força a partir da fundação da *Gazeta de Piracicaba*, em 1882, como órgão do Partido Republicano de Piracicaba. Com o fim do trabalho escravo e para suprir as necessidades de mão de obra, o Jornal e as lideranças locais passaram a divulgar e a incentivar a imigração.

A imigração de italianos, espanhóis, americanos (protestantes¹⁰ e oriundos da Guerra de Secessão de 1861), alemães, suíços, entre outros desembarcados em Piracicaba, supriria a mão de obra na agricultura, introduziria diferentes técnicas de plantio e colheita, atenderia às iniciativas das atividades industriais e influenciaria novos costumes, alterando a imagem do homem civilizado. Com tal advento, a sociedade local vivenciou, entre outras práticas, a introdução da carroça de quatro rodas, a música e o canto coral regidos pelos mestres Huffenbaecher, Mahler e Lozano, a cerveja produzida artesanalmente, as máquinas fabricadas pelos Engelberg's e Krahenbuhl's, a técnica de matadouro de Stipp, a cultura religiosa protestante, a aplicação do gelo seco no transporte de alimentos perecíveis de Klein e Starcks.

No campo da cultura a cidade também se potencializava. O Teatro Santo Estevão, inaugurado em 1871, ofertava peças teatrais, operetas e ainda prestava-se como palco de conferências políticas. Em 1884, voltou a circular, sob a direção de Manoel e Prudente de Moraes Barros, o jornal *O Piracicaba*, publicado pela primeira vez em 1876. Em 1876, foi instalado um Gabinete de leitura. Os clubes sociais foram fundados, entre eles em 1883 o Clube Piracicabano, e, em 1899, o Grêmio Dramático Beneficente, a Sociedade Dançante Juvenil, a Sociedade de Canto e o Clube Republicano de Piracicaba. As bandas musicais de Albertini, Dutra, Escobar, Stipp, Azarias e Tristão Mariano também tiveram destaque na vida sociocultural (CAMARGO, 1899, 2000; TERZI, 1997; TORRES, 2003).

Notório também foi o advento da Loja Maçônica que,

[...] fundada em 1875 pelo Dr. Prudente de Moraes e prestigiada pelos elementos mais representativos da cidade, a Loja Maçônica representou, naquele quartel do século XIX, a maior força social organizada local, da qual é impossível dissociar o progresso de nossa terra. (KRÄHENBUHL, 1955, p. 220).

10 Ver Mesquita (1992).

Criada pelos liberais republicanos como um lugar discreto para potencializar as forças para luta política, a Augusta e Respeitável Loja Maçônica de Piracicaba permitiu a disseminação de princípios secularistas voltados à liberdade, democracia, fraternidade e intelectualidade. Para Moraes (2006, p. 124), a maçonaria republicana professava “[...] a ideologia liberal impregnada por uma heterodoxia científica (o darwinismo, o spencerismo, o materialismo), em que se misturavam enxertos de uma visão positivista e historicista do mundo”. Ela proclamava a autonomia da razão contra a autoridade religiosa e do indivíduo diante do Estado e apoiava-se na educação para fortalecer as iniciativas particulares.

As relações entre republicanos, imigrantes, protestantes, maçons, liberais de diferentes naturezas, conservadores e católicos, desenvolveram o sentimento de que, para elevar Piracicaba ao padrão civilizatório de destaque na Província de São Paulo e no Brasil, tornava-se necessária a ampliação da esfera pública por meio do avanço da institucionalização da instrução. Tendo em comum a fé na educação, as lideranças passaram a instaurar no espaço urbano símbolos da nova civilidade: as instituições escolares que deram a Piracicaba o *status* de cidade da instrução, lembrada pelo soneto a seguir:

Cidade da Instrução

Piracicaba, minha terra boa,
Onde a ventura tive de nascer:
Se aos meus ouvidos o teu nome soa,
Sinto mais ânsia de por ti viver.

Não sei se existe nada que mais doa
E mais fira todo o benquerer
Do que o desprezo de qualquer pessoa
Por incapaz de amar-te e compreender.

Os dons que tens e da natura vieram
Enchem de encanto o nosso coração,
Pois ‘Noiva da Colina’ te fizeram.

Maior, porém, eu sinto a adoração
Se lembro os grandes homens que souberam
Fazer de ti Cidade da Instrução.
(MARCO, Joaquim do. **Sonetos a Piracicaba**, 1972, p. 87,
grifo do autor)

As escolas da *cidade da instrução* no final do século XIX

Para além da exaltação das ações dos líderes republicanos, a fim de se avançar na compreensão do processo de institucionalização da instrução em Piracicaba até o ano de 1900, metaforicamente, a virada do tempo das *trevas* para o das *luzes*, recorre-se aqui aos dados apresentados no *Almanaque de Piracicaba para 1900*. Nessa publicação, constam as instituições escolares existentes no município, aqui distribuídas em quadros de confessionais, públicas, particulares e aquelas relacionadas aos trabalhadores, italianos e negros.

Quadro 1: Escolas Confessionais de Piracicaba em 1899

Denominação	Fundação	Observações
Colégio Piracicabano	1881	Fundado pela missionária americana Martha Hite Watts.
Escola do Sagrado Coração de Jesus	1895	Fundada pelo Circulo Católico, mantida pela ordem dos Capuchinhos.
Colégio Nossa Senhora da Assumpção	1896	Dirigido pelas irmãs de São José de Chambéry. A sua finalidade era a educação religiosa e literária das meninas.
Asilo de Órfãos do Coração de Maria	1898	Dirigido por dona Antonia Martins de Macedo. Abrigava órfãs, as quais recebiam roupa, alimento, instrução primária para a vida prática.

Fonte: Camargo (1899).

As escolas confessionais representaram a participação das organizações religiosas, católicas e protestantes na institucionalização da instrução piracicabana. Os seus gestores e professores desenvolveram educação escolarizada num tempo-espaço, os quais estavam entre a tensão do ensino intelectual-científico e do ensino religioso para a vida prática e social do homem.

Para o progresso e a mudança de comportamento do povo, a educação institucionalizada em Piracicaba necessitava atingir diversos grupos sociais, inclusive aqueles incapazes de financiar os estudos, dada as suas condições socioeconômicas.

Quadro 2: Escolas relacionadas a grupo de trabalhadores, de italianos e de negros em 1899

Denominação	Fundação	Observações
Escola Italiana Umberto I	1893	Atendia alunos de ambos os sexos, os quais recebiam educação da gramática Italiana e Portuguesa.
Sociedade Igualitária Instrutiva	1897	Escola sob a direção de Joviniano Pinto. O ensino primário e secundário era para meninos. Gratuita para os sócios, na maioria "homens de cor".
Escola Luiz de Queiroz	1899	Dirigida pelo Capitão Justino Martins de Faria, auxiliado por Adolfo Carvalho. O ensino primário destinava-se aos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Santa Francisca. Funcionava no diurno e no noturno.

Fonte: Camargo (1899).

Era necessária a organização da instrução voltada aos filhos de imigrantes italianos, aos trabalhadores da indústria têxtil e aos filhos de homens de cor com direitos civis adquiridos partir de 1871, com a Lei do Ventre livre. Essas instituições representavam tanto o acesso à escolarização elementar como a inserção/resistência sociocultural dos grupos no modo de vida rural-urbano do final do século XIX.

Não se pode esquecer que para a crença liberal o analfabetismo era um entrave ao progresso da nação (CARVALHO, 1989; MORAES, 2006; REIS FILHO, 1995; SIMÕES, 2005; SOUZA, 1998). O combate ao analfabetismo legitimaria a cidadania e consolidaria a democracia, algo que, na perspectiva republicana, as instituições monárquicas não tinham correspondido.

Quadro 3: Escolas Particulares de Piracicaba em 1899

Denominação	Fundação	Observações
Escola de D. Eulália	1876	Externato misto e particular fundado por D. Eulália Pinto de Barros.
Escola Particular	1881	Escola mista fundada e regida por João Boaventura Pedreira.
Colégio Ipiranga	1883/4	Aulas do curso preparatório voltado ao ingresso de alunos nas faculdades superiores localizadas na Capital.
Externato Huffenbaecher	1887	Sob a direção de Guilhermina Huffenbaecher, ofertava ensino primário e secundário, preferencialmente para meninas.
Escola Fluminense	1892	Instrução primária só para adultos do sexo masculino. Aulas no diurno e no noturno.
Aula mista particular	1894	Ensino primário para meninos. Estava sob a direção de Jacinto Antenor da Silva Mello e Otávia de Mello.
Externato e Internato Tristão Mariano	1897	Ofertava matérias do curso primário e secundário, era especializado em música. Diretor Tristão Mariano.
Colégio Perseverança ¹¹	S/ano	Funcionava no palacete do Barão de Rezende. Ministrava às alunas uma educação integral, de acordo com os programas oficiais. Estabelecimento sob a direção da D. Adelina Ferreira da Silva.

Fonte: Camargo (1899).

11 Na fonte de pesquisa consultada não há informações se era cobrado mensalidade. Sabe-se que a Baronesa de Rezende promovia ações beneficentes, e isso induz a pensar que o colégio era particular, sem fins lucrativos e atendia alunos desfavorecidos socioeconomicamente.

As escolas, colégios e aulas particulares destinavam-se a ensinar as primeiras letras, alimentar hábitos musicais e de canto e preparar para a faculdade. Eram instituições organizadas a partir de interesses privados e cobravam mensalidades entre 3\$000 e 50\$000 contos de reis e tinham como condições de admissibilidade as aulas isoladas, curso preparatório, o internato e o externato.

De acordo com Perecin (2005), um grupo de piracicabanos liberais, incluindo ex-monarquistas e republicanos¹², ávidos para sanar os problemas da instrução, se dedicou à construção da Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba. A Sociedade pretendia fundar um internato, dotado de comodidades necessárias a uma instituição de ensino. Os proponentes, em 15 de agosto de 1893, inauguram suas instalações nas quais abrigaram, no mesmo ano, o Colégio Ipiranga. O objetivo seria constituir-se em uma escola laica de primeiras letras e humanidades, mas os resultados obtidos pela Sociedade não foram tão satisfatórios, haja vista que em 1896 seu prédio foi concedido ao Governo de Estado para a instalação da Escola Complementar, inaugurada em 1897.

Em Piracicaba, as lideranças continuaram o processo de institucionalização da instrução pública iniciado no Império, mas, no final do século XIX, já no período republicano, passaram a potencializar o valor dado às escolas públicas do Estado. Fundaram instituições públicas com renovados padrões de ensino.

12 Foram fundadores: “João Manoel de Moraes Sampaio (diretor da construção), Joaquim André de Sampaio, José Ferraz de Carvalho, José Leite de Negreiros, Pedro Paulo Lagreca, Joaquim Rodrigues do Amaral, Fernando Ferraz de Arruda, Barão de Piracicamirim, Pedro de Almeida Barros, José Gomes Xavier de Assis, Conde do Pinhal, Theodoro Batista de Azevedo, Ernesto Ferreira Coelho, Antonio de Pádua Leite Filho, as excelentíssimas D. Francisca Ferraz Sampaio, Ana Miquelina de Sampaio e outros cidadãos” (CAMARGO, 1899, p. 148).

Quadro 4: Escolas Públicas de Piracicaba em 1899

Denominação	Fundação	Caracterização
Escola Pública (3ª. cadeira)	1873	Ensino primário ofertado para meninas. Cadeira lecionada pela Profa. Francisca Elisa da Silva.
Escola Pública (2ª. cadeira)	1880	Ensino primário ofertado para meninas. Cadeira lecionada pela Profa. Zulmira Ferreira do Valle.
Escola Pública (5ª. cadeira)	S/ano	Ensino primário ofertado para meninas. Cadeira lecionada pela Profa. Isabel Vaz Pinto.
Curso Noturno do Estado	1893	Ensino primário destinado a adultos do sexo masculino. Instituição do Estado, provida pela municipalidade e esforços particulares.
Escola Noturna Municipal	Sem data	Ensino primário para o sexo masculino. Funcionava numa sala da Câmara e por esta era subsidiada.
1º. Grupo Escolar "Barão do Rio Branco"	1897	Estabelecimento de ensino oficial, programa semelhante ao das escolas-modelo do Estado. Destinado a crianças de 7 a 12 anos de ambos os sexos. O curso era de 04 anos. Foi instalado sob a direção do professor Antonio Mello Cotrim.
Escola Complementar	1897	Estabelecimento oficial do Estado destinado à preparação de professores para o magistério preliminar. Curso de quatro anos composto por seção feminina e masculina.
2º. Grupo Escolar "Moraes Barros"	1900	Projetava-se em 1899 a formação do segundo Grupo para Piracicaba. Para obra do prédio contou com apoio financeiro do senador Moraes Barros.

Fonte: Camargo (1899).

No início, as condições de instalação das escolas públicas em Piracicaba eram precárias, realidade reclamada pelos camaristas (TORRES, 2003). A partir de 1870, houve o crescimento do número de escolas isoladas e, principalmente, a instalação do Grupo Escolar "Barão do Rio Branco" e da Escola Complementar para diplomar professores. Esses estabelecimentos representariam na localidade a imagem de cidadãos educados em tempos republicanos. Foram símbolos da modernidade da época, e colaborariam, ainda, para substituir, ao longo dos anos, a arcaica e precária escola de primeiras letras instalada no Império e regida por um mestre-escola.

O fato é que também acontecia em Piracicaba uma iniciativa de universalização e de homogeneização do ensino primário empreendida pelos governantes no Estado de São Paulo. Nesse processo, conforme Souza (1998), a escola primária foi (re)inventada, o ensino individual passou a dar lugar ao ensino simultâneo, a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional deu lugar ao método intuitivo, e a mulher encontrou no magistério primário uma profissão.

Em Piracicaba, o Grupo e a Complementar representaram o ensino popular de inspiração liberal e a consolidação da monopolização da instrução elementar, processualmente desenvolvida pelo poder público ao longo do século XIX. Assim, no findar dos oitocentos, as escolas públicas simbolizaram a monopolização do ensino pelo Estado. A escola monopolizada se instituiu, segundo Veiga (2007), como elemento central de disseminação dos valores socioculturais e de produção e reprodução das dinâmicas da cultura escrita, das ciências e dos ideais de nação e pátria.

Considerações finais

A antiga *boca de sertão* do século XVIII, havendo passado no século XIX pela fase de fronteira e expansão agrícola, virava os oitocentos com o seu florescimento sociocultural, síntese da expansão das instituições escolares e da manifestação das elites conservadoras e liberais da *cidade da instrução*.

A Piracicaba da Primeira República tornou-se um centro educacional, sendo classificada em 1911 como a segunda cidade paulista em número de escolas, com 40 escolas para aproximadamente 48 mil habitantes, ficando atrás da Capital São Paulo, mas à frente de expressivas matrizes culturais, tais como Santos, Campinas, Sorocaba, Itu e Jundiaí. Essa sua posição culminou em seu mais caro e envidecedor título, ode *Ateneu Paulista*, atribuído pelo intelectual italiano, Roberto de Capri, autor de obras de divulgação dos municípios paulistas, como o *Libro D'oro dello Stadio di S. Paolo*, no qual registrou que “*Piracicaba può inorgogliarsi di essere una delle città paoliste, ove l’istruzione é tenuta in altissimo conto: si può considerare l’Ateneo paulista*” (PERECIN, 2005, p. 14-15).

Propagandista da República, Capri editou o *Almanaque de Piracicaba de 1914*. Nessa obra, ao escrever sobre a história da administração pública da cidade, manifestou apoio aos líderes republicanos. Na instrução, ele via benefícios de um serviço público que também não havia sido descurado porque foi “[...] entregues, em boa hora, os destinos desta terra, ao Partido Republicano chefiado, desde os tempos de propaganda democrática, por membros distintos da ilustre família Moraes Barros [...]” (CAPRI, 1914, p. 155).

Para além do entusiasmo e do ufanismo, infere-se que a institucionalização do ensino em Piracicaba, dos mestres-escolas às escolas oficiais do Estado, foi processual ao longo do século XIX. Tal processo histórico enfrentou avanços e recuos, teve dificuldades e facilidades, vivenciou as tensões entre os líderes políticos conservadores e liberais da sua época.

Desse modo, em cada tempo-lugar, em cada modernidade e em cada necessidade social, econômica, cultural e política, os homens na sociedade piracicabana produziram uma consciência de ser civilizado, o que implicou o processo de institucionalização do ensino em escolas, inexistente antes do primeiro quartel do século XIX. E não menos importante, a instrução institucionalizada, liderada pelos liberais republicanos e monopolizada pelo Estado no findar do século, legitimou o discurso da ordem igualitária e meritocrática, pelo qual a educação na vida pública promoveria o imaginário social de civilidade, de cidadão, de fim da ignorância, de solução da pátria e de sentimento nacional brasileiro.

Referências

- ARRUDA, G. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.
- BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. (Org.). **A escola elementar no século XIX**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 1999.
- BINZER, I. V. **Os meus romanos: alegria e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CAMARGO, M. (Org.). **Almanak de Piracicaba para 1900**. Piracicaba; São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1899.
- CAPRI, R. (Org.). **Piracicaba – São Paulo – Brasil**. Roma: A. Liebman & C. Arti Grafiche, 1914.
- CARVALHO, C. H.; GONCALVES NETO, W. (Org.). **Estado, igreja e educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX**. Campinas: Alínea, 2010.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIEHL NETO, J. Homem de verdade. In: KRÄHENBUHL, H. M. (Org.). **Almanaque de Piracicaba 1955**. Piracicaba: Editor João Mendes Fonseca, 1955. p. 177-178.

ELIAS NETO, C. (Org.). **Almanaque 2000**: memorial de Piracicaba – século XX. Piracicaba: IHGP; Jornal de Piracicaba; UNIMEP. 2000.

GEBARA, A. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. F. M. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRINI, L. **História de Piracicaba em quadrinhos**. Edição do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Piracicaba: Imprensa Oficial do Município de Piracicaba, 1970a. v. 1.

_____. **História de Piracicaba em quadrinhos**. Edição do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Piracicaba: Imprensa Oficial do Município de Piracicaba, 1970b. v. 2.

HISLDORF, M. L. S. Cultura escolar: cultura oral em São Paulo (1820-1860). In: VIDAL, D. G.; HISLDORF, M. L. S. **Tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 67-96.

HONORATO, T. **Escola Complementar e Normal de Piracicaba**: formação, poder e civilidade (1897-1921). Tese (Doutorado em Educação Escolar)– Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, Campus Araraquara, Araraquara, 2011. 246 f.

KRÁHENBUHL, H. M. (Org.). **Almanaque de Piracicaba 1955**. Piracicaba: Editor João Mendes Fonseca, 1955.

MARCO, J. de. Soneto Cidade da Instrução. **Revista de Estudos Piracicabanos**, Piracicaba, n. 1, ano 1, p. 87, 1972.

MATOS, O. N. de. **Café e Ferrovias**. São Paulo: Alfa Ômega, 1974 (Ed. Sociologia e Política).

MESQUITA, Z. de C. C. **Educação Metodista**: uma questão não resolvida. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1992. 285 f.

MONARCHA, C. **Escola normal da praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MORAES, C. S. V. **O ideário republicano e a educação**: uma contribuição à história das instituições. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

NEME, M. A. (Org.). **Documentário 1936**. Piracicaba: Editor João Mendes Fonseca, 1936.

PERECIN, M. T. G. A educação pública no interior do Estado de São Paulo: a Escola Sud Mennucci de Piracicaba. **Jornal de Piracicaba**, Piracicaba, 19 jun. 2005; 26 jun. 2005; 03 jul. 2005; 10 jul. 2005. Caderno Movimento História.

REIS FILHO, C. dos. **A educação e a ilusão liberal**: origens da escola pública paulista. Campinas: Autores Associados, 1995.

RODRIGUES, J. L. José Romão Leite Prestes. In: CAMARGO, M. (Org.). **Almanak de Piracicaba para 1900**. Piracicaba; São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1899. p. 181-186.

RODRIGUES, J. L. **Um retrospecto**: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

SIMÕES, J. L. **Escolas para as elites, cadeias para os vadios**: relatos da imprensa piracicabana (1889-1930). Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005. 264f.

SOUZA, R. de F. **Templos de civilização**: implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

TERCI, E. T. **A cidade na Primeira República**: imprensa política e poder em Piracicaba. Tese (Doutorado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997. 301 f.

_____. (Org.). **O desenvolvimento de Piracicaba**: história e perspectivas. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

TORRES, M. C. T. M. **Piracicaba no século XIX**: história de Piracicaba. Piracicaba: IHGP, 2003.

VEIGA, C. G. Monopolização do ensino pelo Estado e a produção da infância escolarizada. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10., 2007, Campinas, **Anais...** Campinas: Guarapuava, Faculdade Guairacá, 2007. p. 1-15.

VIDAL, D. G.; HISLDORF, M. L. S. (Org.). **Tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001.

VITTI, G. **Manual de história Piracicabana**. Piracicaba: Tipografia do Jornal de Piracicaba, 1966.

Recebimento em: 05/09/2014.

Aceite em: 20/01/2015.